

ABUSO SEXUAL INFANTIL: UM ALERTA À EDUCAÇÃO SEXUAL

Ariane Noeremberg Guimarães
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este trabalho consiste na apresentação de uma técnica utilizada em uma oficina lúdica, com o objetivo de esclarecer a crianças e pré-adolescentes o que é o abuso sexual, como maneira de prevenção deste. A partir deste tópico, discute-se a importância da reeducação sexual do educador sexual e a inclusão da temática do abuso sexual na Educação Sexual.

Palavras-chave: direitos da criança e do adolescente; abuso sexual; educação sexual.

Introdução

No ano de 2009, o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SECJ), implementou, nas dez cidades consideradas como as mais violentas do estado, um programa destinado às crianças e aos adolescentes, em articulação com as políticas públicas e a rede de serviços existentes para esse público. O programa foi instalado para atender as camadas mais populares, propondo, dentre diversos objetivos, reduzir as situações de violência contra crianças e jovens, implantar serviços de proteção às vítimas, responsabilizar e tratar dos agressores e estimular denúncias de trabalho infantil, exploração sexual, abusos, maus-tratos, violência física e psicológica e discriminações.

Em 2010, na cidade de Sarandi, pude entrar em contato com este programa, enquanto estagiária e Psicologia, no qual fiquei responsável por oficinas lúdicas com crianças e pré-adolescentes. Essas oficinas procuraram apresentar um caráter sócio-cultural, portanto, em coerência com o contexto do público alvo, e buscaram fazer cumprir os direitos expostos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Frequentou as oficinas lúdicas uma população na faixa etária entre três e treze anos, de classes econômicas baixa e média baixa. As oficinas foram realizadas em três locais, duas em locais mais próximos do centro e uma em um salão comunitário de um dos bairros mais empobrecidos da cidade. Como a frequência era livre, era difícil manter um mesmo grupo nas oficinas. Apenas crianças desse bairro mais afastado permaneceram na oficina por todo o período em que eu a elaborei e executei, a saber, de Maio de 2010 a Março de 2011. Em encontros semanais, em média 15 crianças e pré-adolescentes participavam, sendo que

cerca de oito compunham um grupo fixo, de modo que foi possível criar um vínculo maior e também conhecimento das condições de vida dessa população.

Procurando oferecer subsídios para o cumprimento do direito da criança e do adolescente ao respeito e à dignidade (Art. 15, ECA, 2010), prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos previstos pelo ECA (Art. 70, ECA, 2010), e, tendo em vista que os casos de abuso sexual infantil acontecem mais nas camadas pobres, pois muitas crianças e famílias aceitam o abuso por dinheiro (GABEL, 1997), pensou-se em realizar uma atividade que fornecesse informações ao público da oficina lúdica a respeito de abusos sexuais, de modo que os participantes pudessem entender o que é um abuso, para poder reconhecê-lo, além de saber a quem recorrer nesses casos.

Conforme Barker e Rizzini (2003), o abuso sexual infantil pode acontecer com ou sem o contato físico. São considerados abusos sexuais sem contato físico: o abuso verbal, que consiste em conversas sobre sexo, com a intenção de despertar desejos ou choque nos ouvintes; os telefonemas obscenos; o exibicionismo, que também choca o indivíduo, o que dá prazer ao exibicionista; o voyeurismo, que é a atividade de alguém que se satisfaz com a observação de atos ou órgãos sexuais de outras pessoas e que vem aumentando com a busca de fotos de crianças nuas na internet; dentre outros, como mostrar vídeos pornográficos a uma criança, fotografar crianças nuas ou em posições sedutoras. O abuso sexual com contato físico envolve: os atos físico-genitais, que incluem relações sexuais com penetração vaginal, tentativas de relações sexuais, carícias com objetivo de satisfação sexual, masturbação, penetração anal e sexo oral; e, pornografia e exploração sexual, que consiste na participação de crianças ou adolescentes em atos sexuais como forma de obtenção de lucro financeiro.

Intervenção

Buscando explorar esse tema, foi feita, em Janeiro de 2011, a técnica “Definindo o abuso sexual contra crianças” (BARKER; RIZZINI, 2003), com as devidas adaptações. Para a realização dessa técnica, foram utilizados cartões coloridos com as inscrições “SIM”, “NÃO” e “?”, significando, respectivamente, “é um abuso sexual”, “não é um abuso sexual” e “estou em dúvida”. Um conjunto de três cartões (SIM, NÃO e ?) é entregue a cada um dos participantes. Em seguida, é feita a leitura de possíveis casos de abuso sexual. Ao final de cada caso, cada participante levanta a placa que demonstra seu

entendimento e então todos conversam sobre o assunto. Os casos, tais como descritos por Barker e Rizzini (2003, p. 67), são:

Caso 1: Joel é um menino de 10 anos. Um dia, ele estava tomando banho na sua casa com a porta do banheiro aberta e sua tia entrou. Ela abriu a cortina do Box, pegou o sabonete e começou a ensaboá-lo, inclusive nos testículos e no pênis.

Caso 2: Amélia é uma menina de 5 anos que adora brincar com uma amiguinha na casa dela. Um dia, o pai da sua amiga chamou as duas para tirar fotos. Em algumas fotos, pedia para Amélia ficar sem roupa para fotografá-la “como veio ao mundo”.

Caso 3: Jaqueline, uma garota de 11 anos, estava voltando para sua casa da escola e percebeu que estava sendo seguida por um rapaz. Começou a andar mais depressa, mas o rapaz a alcançou e lhe mostrou o pênis.

Caso 4: Ricardo, um menino de 8 anos, faz curso de violão. Um dia, no meio da aula, seu professor pôs sua mão na perna do menino.

Caso 5: Apesar de ter apenas 13 anos, Ceci já tem seios fartos e formas de uma mulher de 18. Seu namorado tem 26 anos e sua família aceita o namoro. Os dois já vem mantendo relações sexuais há algum tempo.

Caso 6: Marília tem 7 anos. Um dia, o telefone de sua casa tocou e ela atendeu. Do outro lado, tinha alguém que ficou lhe descrevendo um ato sexual com muitos detalhes.

Caso 7: O pai de João, um menino de 4 anos, estava em casa no fim de semana e, enquanto a mãe foi fazer compras no supermercado, chamou o menino para ver um vídeo onde tinha cenas de sexo explícito.

Caso 8: Ana tem 11 anos e é muito pobre. Um dia, sua avó chegou em casa com um homem e falou à Ana que ela nunca mais ia passar fome porque aquele senhor prometeu ajudar a família se a menina tivesse relação sexual com ele. A partir desse dia, o homem vai 3 vezes por semana na casa de Ana e sempre deixa um bom dinheiro.

Na minha aplicação desta técnica, foram alterados os nomes das crianças dos casos para nomes mais comuns ao contexto com o qual eu estava lidando. A preparação da atividade foi feita em conjunto com outras funcionárias do programa, que recomendara que não fossem lidos os casos de números 3 e 6, pois as crianças poderiam ter a idéia de realizar tais ações (mostrar o pênis na rua e fazer telefonemas falando sobre sexo) de “brincadeira”, e que se utilizasse as palavras “partes íntimas” em vez de “testículos e pênis”, no caso 1. Essas recomendações foram acatadas, pois a maioria dos profissionais concordou com elas e a interdisciplinaridade é uma característica do programa. Ainda, a ordem dos casos foi alterada, de modo que fosse possível discutir primeiro os casos considerados de maior necessidade para aquela população, tendo em vista que as crianças poderiam, como costumavam fazer, não prestar atenção nos últimos

casos, ficando mais agitadas, querendo “jogar logo” (já que a oficina seguinte se caracterizava por atividades de Educação Física). A seguir, encontra-se o relato resumido da atividade.

Sentados em roda estavam oito crianças (entre quatro e onze anos), a estagiária de Psicologia, responsável pela oficina, e o estagiário responsável pela oficina seguinte. Iniciei dizendo que naquela tarde iríamos fazer um jogo com a temática do abuso sexual e questionei se elas sabiam do que se tratava. Nesse momento, uma criança empurrou a cadeira na qual estava sentada para fora da roda e as demais crianças repetiram essa ação. Voltei a questioná-las e recebi a resposta “não sei” de quase todas as oito crianças. Perguntei por que, então, elas saíram da roda, se nem sabiam o que era o tal do abuso sexual. A criança maior respondeu que sabia, mas tinha vergonha de falar, em seguida, outras crianças disseram o mesmo. Insisti para que elas falassem a respeito, mas, diante da contínua relutância do grupo, decidi iniciar a atividade. Expliquei os procedimentos, conversei sobre a existência de diversos tipos de abuso sexual contra crianças e iniciei a leitura dos casos.

Na maior parte dos casos, as crianças se ativeram à idade do personagem, para determinar se era um abuso ou não. Desse modo, no caso 1, inicialmente a maioria considerou que não era um abuso, mas então começaram a pensar que elas, com sete, oito anos, tomavam banho sozinhas, portanto “não precisava a tia dar banho” (sic). Conversou-se bastante sobre a “intenção” do abusador. Assim, no caso 4, a maneira como o professor toca a perna do menino pode caracterizar, ou não, um abuso sexual.

O caso 5 o grupo compreendeu como um abuso sexual, pelo fato de ser um namoro aceito pela família. Sobre isso, informei-lhes que, por lei, um homem com mais de 18 anos que tem relações sexuais com uma menina de menos de 14 anos é considerado crime de estupro no Brasil. Sobre isso, conversamos se a menina de 13 anos já tem o mesmo desenvolvimento que o homem de 26 anos, para poder se relacionar com ele, atender às suas expectativas, sendo que ela ainda pode estar brincando, ainda tem muito que estudar, etc. As crianças continuaram entendendo que esse caso não é um abuso sexual e citaram diversas meninas, entre seus familiares e vizinhos, que namoravam com homens bem mais velhos.

No caso 8, as crianças mostraram-se bastante agitadas e contaram situações que conheciam, de casos parecidos. No caso 7, a maioria ficou em dúvida e alguns ergueram a placa “NÃO”. Discutiu-se a preparação de uma criança de quatro anos para ver e

compreender cenas de sexo. Uma menina, de dez anos, falou que seu irmão, de cinco anos, não entenderia e que nem ela pode ver “essas coisas” (sic).

Ao final, perguntei se já havia acontecido algo com elas que poderia ser um abuso ou uma tentativa de abuso. Com tranquilidade, várias responderam “já” e contaram sobre situações em que saíram correndo de homens desconhecidos que as convidaram pra entrar no carro ou lhes ofereceram dinheiro.

Ressaltou-se a importância de conhecer sobre esse assunto, para que elas pudessem saber se proteger, a partir do reconhecimento de uma ação de abuso, e também saber informar o que está acontecendo com elas. O programa foi exposto como um lugar ao qual elas poderiam pedir ajuda, denunciar e também tirar dúvidas, sobre esse ou qualquer assunto relacionado, falando comigo ou com outra pessoa do programa. Nesse momento, as crianças já começaram a se levantar para brincar fora do salão e a atividade foi encerrada.

Discussão

O abuso sexual prejudica e, muitas vezes, interfere decisivamente no desenvolvimento da criança, pois a sexualidade, que é um fator de crescimento primordial, passa a ser compreendida pela criança como algo que lhe provoca sofrimento, choque, medo. Entende-se sexualidade como uma dimensão humana, construída por cada sujeito, a partir de sua história e cultura e não apenas como a dimensão biológica (FIGUEIRÓ, 2009a). É também amor, contato, intimidade, que se expressam no modo de sentir de cada um, construindo pensamentos, ações e sentimentos que integram a saúde física e mental (PERES et al., 2000; apud FIGUEIRÓ, 2009a). A motivação da criança abusada para se aproximar dessa sua dimensão é extremamente prejudicada, pois essa área foi apresentada a ela de modo chocante, perverso, o que implica, portanto, o desenvolvimento de sua saúde física e mental.

No artigo 4º do ECA (2010), encontra-se o dever da sociedade em geral de garantir os direitos da criança e do adolescente de vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária. A maioria desses direitos envolve o desenvolvimento da socialização do indivíduo, processo este que é interferido em um caso de abuso sexual.

Desse modo, buscou-se, a partir da atividade realizada na oficina lúdica, colaborar na prevenção do abuso sexual, por meio da informação; informadas, as crianças tem maior capacidade de compreender o que acontece com elas e se defenderem. Também, procurou-se expor um espaço de auxílio e orientação às crianças e adolescentes, o que compete com o direito à liberdade (Art. 16, inciso VII, ECA, 2010), que muitas vezes não é cumprido pela simples falta de informação sobre locais de refúgio. Buscou-se proteger, ainda, os direitos à autonomia e integridade sexuais, à segurança do corpo sexual, à privacidade sexual, à educação sexual integral e à saúde mental; direitos expostos na Declaração dos Direitos Sexuais (FIGUEIRÓ, 2009b).

A atividade realizada foi bastante simples, mas trabalhou com um assunto delicado. É interessante que mesmo as crianças mais carentes, que convivem com a temática do abuso e conhecem casos próximos, intimidam-se e entendem esse tópico como proibido. Elas tem muitas informações, mas desconectadas, sem explicações, o que torna o entendimento do tema bastante complicado. Apenas uma das crianças informou que seus pais conversavam sobre o assunto com ela. Portanto, este tema está presente em seus dias-a-dias, mas não é permitido falar livremente sobre ele.

Pela maneira como as crianças reagiram à atividade, observou-se que é importante criar um clima para a educação sexual, com assuntos menos fortes antes de conversar sobre abuso sexual, para que elas possam se sentir mais à vontade para falar de algo que, além de ser “proibido” (como a maioria dos temas da Educação Sexual), envolve também a criminalidade. As crianças sabem que o abusador sexual chantageia a criança para que esta não o denuncie. Por isso, o assunto se torna ainda mais proibido.

Para trabalhar com a Educação Sexual, é necessário antes que os próprios profissionais desconstruam e reconstruam suas noções de sexualidade, pois estes não estão fora do contexto social que reprime esse tópico, portanto, também tem seus preconceitos, vergonha. A dificuldade dos profissionais e o despreparo para lidar com esse tema pode ser percebido na atividade da oficina, quando o grupo interdisciplinar decidiu por não utilizar os termos “testículos” e “pênis” e também por compreender que a informação sobre exibicionismo e abuso sexual verbal poderia influenciar as crianças a praticarem essas ações. A impressão é de que conversar sobre abuso sexual está desligado da temática da Educação Sexual.

A Orientação Sexual na escola, segundo parâmetros curriculares de 1998, sugere o ensino de três eixos principais: o corpo humano, as relações de gênero e a prevenção de

doenças sexualmente transmissíveis (FIGUEIRÓ, 2009b). Faltam aí muitos temas importantes e atuais, como a diversidade sexual, e é interessante a preocupação que as escolas sempre tem de tentar prevenir os malefícios advindos das relações sexuais e, no entanto, é difícil encontrar a discussão sobre o abuso sexual. Qual a dificuldade de relacionar a temática do abuso sexual à Educação Sexual? Talvez, pensa-se que não há grandes necessidades, como se o abuso não fosse algo recorrentes. No entanto, não é o que se encontra ao conversar com uma criança de um bairro mais empobrecido.

Esses eixos que torneiam a Orientação Sexual não abrangem nem metade dos assuntos que envolvem a Educação Sexual, mas sim fazem um recorte da sexualidade. Eles parecem ultrapassados, mas ainda são necessários e neles faz-se falta a temática do abuso sexual.

Considerações Finais

A maneira como foi feita a técnica não procurou ensinar às crianças o que é certo ou errado, mas sim, propiciar um espaço de reflexão e construção de conhecimentos sobre o assunto. Portanto, apesar do espaço ter sido pequeno, a técnica foi válida, pois as crianças conseguiram aliar as informações que receberam com as situações cotidianas de seus dia-a-dias e, muitas informações, elas mesmas construíram, pensando nessas situações. O conhecimento, construído dessa forma, é muito mais útil do que aquele adquirido por palestras.

Nota-se a importância da reeducação sexual do educador sexual, para prepará-lo para atuar nessa área, descobrindo e desconstruindo seus próprios mitos e preconceitos sobre sexualidade. Além disso, ressalta-se a falta à Educação Sexual de atenção à temática do abuso sexual infantil, pois é um fato muito mais comum do que se imagina. Há crianças convivendo com isso cotidianamente e elas precisam de orientação, ajuda e, principalmente, um espaço para conversarem sobre o assunto.

Referências

BARKER, G.; RIZZINI, I. **Cuidar sem violência, todo mundo pode!** Fortalecendo as Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes. Rio de Janeiro: PROMUNDO, CIESPI, 2003.



BRASIL. **Edição Comemorativa do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.) **Educação Sexual: Em busca de mudanças**. Londrina, UEL, 2009a.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.) **Educação Sexual: Múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina, UEL, 2009b.

GABEL, M. (org.) **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.